



# Anais da Assembléia

N.º 130

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1.978.

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 120ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1978

### SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Sato e Edilson Alencar.

À hora regimental registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Jurandir Messias, Quielise Crisóstomo, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Nelson Buf-fara, Nilso Sguarezzi, Paulo Camargo, Werner Wanderer e Wilson Fortes (31); achando-se ausentes os Senhores Depu-tados Ivo Thomazoni, Ernesto Gnoato, José Domingos Scar-pelini, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Del Ciel, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Hélio Manfrinato, Jayme Ro-drigues Carvalho, Lineu Turra, Luiz Roberto Soares, Manoel Gaona, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo e Walde-nício Barbalho (23).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presiden-te declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

#### MENSAGEM N.º 128/78

Curitiba, 19 de outubro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais o incluso anteprojeto de lei que, corrigindo falha existente no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, cria a carreira de Redator, composta de 5 (cinco) cargos, distribuídos entre os níveis 24 a 28.

Prevê-se que os cargos são privativos de quem possua habilitação profissional para o exercício da função de Redator, conforme estabelecido em lei federal.

A anexa cópia autêntica do Ofício n.º 829/78, de 22 de setembro próximo passado, da Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça, esclarece ter sido a minuta do anteprojeto de lei em causa aprovada, por unanimidade de votos dos Membros daquela Corte de Justiça, em sessão plenária realizada em 15-9-78.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicita-da, para apreciação da matéria contida no anexo plano de lei, a forma prevista pelo § 3.º do artigo 25, da Constituição Esta-dual.

Certo de que a proposição submetida a apreciação dessa colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprova-ção, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica constituída no Quadro de Pessoal da Se-cretaria do Tribunal de Justiça a carreira de Redator escalona-da entre os níveis 24 a 28, compreendendo um cargo em cada nível.

Art. 2.º — Os cargos que integram a carreira de Redator, são privativos de portadores da qualificação profissional exigida pela legislação federal.

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira de Auxiliar de Imprensa, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça poderão ser incluídos nos cargos da carreira de Redator, mediante processo seletivo de caráter competitivo, desde que preencham o requisito contido no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único — Aplicado o disposto neste artigo, os cargos da carreira de Auxiliar de Imprensa serão extintos ao vagarem.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos de que trata esta lei, será paga a gratificação de produtividade prevista na lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, no valor mensal de Cr\$ 2.332,00 (dois mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros).

Art. 5.º — As despesas decorrentes da execução da pre-sente lei correrão pela dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-cação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 129/78

Curitiba, 22 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de COR-NÉLIO PROCÓPIO, objetivando a implantação dos serviços de segurança contra incêndio e a prestação de socorros públi-cos na área do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora subme-tida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa co-lenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-ro a Vossa Excelência os meus protestos de estima e conside-ração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 130/78

Curitiba, 22 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convê-nios celebrados entre o Governo do Estado e os Municípios abaixo especificados, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando a apli-cação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano dos municí-pios signatários:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Campo Largo - 14/78	05/10/78
Quatro Barras - 17/78	27/09/78

Campina Grande do Sul - 18/78	05/10/78
Rio Branco do Sul - 19/78	05/10/78
Piraquara - 28/78	27/09/78
Bocaiúva do Sul - 29/78	27/09/78
Piraquara - 31/78	05/10/78
Campina Grande do Sul - 33/78	05/10/78
Quatro Barras - 34/78	05/10/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 131/78

Curitiba, 22 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 05 de outubro de 1978 e 27 de setembro de 1978, respectivamente, entre o Governo do Estado e os Municípios de Balsa Nova e Campina Grande do Sul, objetivando o desenvolvimento de estudos e projetos, para a realização de obras e serviços de interesse metropolitano e planejamento integrado do uso do solo.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### MENSAGEM N.º 132/78

Curitiba, 27 de novembro de 1978.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios de auxílio e cooperação, celebrados entre o Estado e os Municípios abaixo especificados, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a execução de obras e serviços de emergência, destinados a minorar os efeitos da estiagem que assolou o Estado do Paraná, principalmente mediante absorção de mão-de-obra ociosa:

MUNICÍPIO e N.º DO CONVÊNIO	Data da Celebração
Maria Helena - 94/78-SEPL	13/10/78
Salto do Itararé - 95/78-SEPL	04/10/78
Nova América da Colina - 96/78-SEPL	09/10/78
Inajá - 98/78-SEPL	13/10/78
Tibagi - 99/78-SEPL	16/10/78
Santo Antônio do Paraíso - 101/78-SEPL	16/10/78
Presidente Castelo Branco - 102/78-SEPL	04/10/78
Cascavel - 103/78-SEPL	17/10/78
Nova Londrina - 104/78-SEPL	17/10/78
Doutor Camargo - 105/78-SEPL	17/10/78
Santa Cecília do Pavão - 107/78-SEPL	09/10/78
Campo do Tenente - 135/78-SEPL	05/10/78
Joaquim Távora - 218/78-SEPL	16/10/78
Santo Antônio do Paraíso - 219/78-SEPL	16/10/78
São Sebastião da Amoreira - 220/78-SEPL	10/10/78

Fênix - 221/78-SEPL	11/10/78
Itambaracá - 222/78-SEPL	16/10/78
Congonhinhas - 223/78-SEPL	16/10/78
Lupionópolis - 224/78-SEPL	11/10/78
Flórida - 225/78-SEPL	05/10/78
Nova Fátima - 226/78-SEPL	10/10/78
Ivatuba - 227/78-SEPL	16/10/78

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça.

#### Ofícios:

Sob o n.º 182/78, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo, o incluso processo que trata da criação do Município de Douradina, neste Estado, para o que, na forma da Constituição Federal e da Legislação pertinente, já foi obtida a necessária autorização do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 719/78, do Senhor Doutor Gastão Natal Simone, Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, do Município de Maringá, encaminhando a este Poder Legislativo, relatório de Serviços prestados por aquela Secretaria, referente ao mês de outubro de 1978. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 786/78, do Senhor José Guilherme Lobo Cavagnani, Presidente do Instituto de Terras e Cartografia, externando sinceros agradecimentos pela colaboração emprestada por essa Casa de Leis, pelo I Simpósio Nacional de Ecologia, realizado no período 26 a 29 de setembro do ano em curso. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 26/78, do Senhor Waldemar Karam, Presidente da Câmara Municipal de Rio Claro - Estado de São Paulo, encaminhando a este Poder, cópia do Requerimento n.º 430/78, de autoria do Vereador Mário Alem, que se officie ao Ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva, solicitando-lhe que sejam fornecidos os seguintes esclarecimentos: a Parte que cada Estado arrecadar, nas contribuições do I.N.P.S., a título de previdência, assistência social e saúde, ficará, sem mais embaraços, de sua propriedade para as devidas aplicações, ou o I.N.P.S. continuará apenas como órgão arrecadador e controlador, distribuindo as verbas de acordo com critérios próprios. — Ao conhecimento da Casa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem através do presente, requerer seja dada prioridade de votação ao Projeto de Lei n.º 184/78, que constitui no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, a carreira de Redator.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Gabriel Sampaio

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, ouvida a Casa, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei n.º 164/78 - Proposta Orçamentária para o exercício de 1979.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Gilberto Carvalho

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações pela passagem nesta data, do 15.º ano de relevantes serviços prestados ao nosso Estado, no campo das telecomunicações, pela Companhia de Telecomunicações do Paraná – TELEPAR.

Tal evento é deveras merecedor de registro neste Poder Legislativo, visto que a TELEPAR pelo seu dinamismo, vem se destacando no cenário, não só nacional, como também internacional, fazendo com que o Paraná seja uma das unidades da Federação melhor servida no campo das telecomunicações, um dos setores que na atualidade, é dos mais importantes para assegurar o desenvolvimento de uma nação.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, se dê ciência à Diretoria da TELEPAR.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhada sugestão ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no sentido de que na proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, seja criada a Comarca de Guaratuba, com jurisdição sobre o Município de Matinhos.

Tal sugestão se faz, tendo em vista o grande desenvolvimento que vem apresentando nos últimos anos aqueles municípios balneários de nosso Estado, granjeando-lhe assim condições das mais propícias para sediar uma Comarca. Além de uma antiga reivindicação da sua laboriosa população, que vem mantendo alto índice de crescimento, com a sua elevação à comarca se estará fazendo justiça a um dos mais antigos povoados de nosso Estado.

Atualmente, face a sua dependência à Comarca de São José dos Pinhais, inúmeros transtornos são causados à sua Administração, como também sérios prejuízos aos seus habitantes, que necessitam quando procuram a Justiça, se deslocarem à sede da Comarca.

A longa tradição histórica e o crescente progresso de nosso mais importante município da orla marítima, está a exigir que o Poder Judiciário, também, ali se faça presente, acompanhando o seu desenvolvimento e sustentando-o para com isso estabelecer o equilíbrio e impulsionar cada vez mais a pujança do nosso Estado no cenário nacional.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1978.

(a) Fabiano Braga Côrtes

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao único orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, nobres Srs. Deputados.

Na semana passada fizemos, desta tribuna, um pronunciamento justificando nosso voto contrário à aprovação de requerimento do nobre Deputado Deni Schwartz, que pretendia obter apoio em favor do jornal "Movimento".

Como tônica de nossa manifestação, dissemos repudiar posições extremistas, quer de esquerda, quer de direita.

Não endossamos as posições do jornal "Movimento", da mesma forma que nos levantamos, aqui nesta Casa também, contra a atuação da TFP, Sociedade de Defesa à Tradição, Família e Propriedade, cuja militância política de direita medievalesca

denunciamos desta tribuna.

No decorrer daquela justificação de voto, afirmamos que, tal qual o MDB, tanto os editores do jornal "Movimento", nós também, homens de consciência incorporados na Arena e na ideologia da Revolução de 1964, entendemos que há necessidade de mudanças urgentes em vários setores da vida nacional.

Alinhamos, então, imperativos de revisão nas estruturas políticas, nas diretrizes econômicas e sociais, apontando distorções que podem e devem ser corrigidas, e para as quais estão conscientes não apenas militantes de esquerda ou de direita, o partido da Oposição, mas principalmente a maioria dos homens filiados à Arena.

Particularizando, mencionamos como uma das instituições que precisa ser repensada com urgência e reorganizada: a Previdência Social. Para enfatizar que nossa organização previdenciária é falha, e provoca reações populares de justo repúdio, argumentei, abrindo um caminho para análise, que a eleição de um dirigente dessa empresa, com larga margem de votos, não deveria ser encarada como um apoio popular a essa estrutura. Neguei que tal dirigente pudesse se qualificar como "homem do povo", em vista dos resultados eleitorais, porque, era evidente, sua eleição havia sido fruto de articulações políticas com prefeitos e candidatos a Deputado Estadual, segundo se comentava com apoio de empresas multinacionais.

Para nossa surpresa, o simples exemplo argumentativo foi realçado pela imprensa e transformado numa denúncia contra o Deputado eleito, Reinhold Stephanes, sendo-nos atribuída a intenção de minar a carreira política do ex-Presidente do INPS.

Realmente, não cremos que a popularidade de Sua Excelência tenha alcançado um nível tão alto que permitiu a mais de 80.000 paranaenses a memorizarem e escreverem Stephanes com "PH".

E era isso apenas que queríamos ressaltar. A eleição não foi fruto de popularidade do Sr. Reinhold, não foi fruto da organização previdenciária, e como tal deve ser entendida.

Sabemos, como muitos o sabem, que S. Ex.<sup>a</sup> é cogitado até para ocupar cargo federal de relevância na área de Previdência Social, e a ênfase atribuída a um tópico de nosso pronunciamento, levou a concluir que estivéssemos pretendendo boicotar sua indicação.

Reafirmamos: não acreditamos na popularidade de S. Ex.<sup>a</sup>. Não cremos que sua eleição tenha sido um aval de aplauso do povo à falha estrutura previdenciária. Mas, também, nada temos de contrário ao Senhor Reinhold Stephanes, cuja capacidade reconhecemos desde quando ocupava cargo burocrático na Prefeitura Municipal de Curitiba e era Vereador à sua Câmara.

Estamos entre os que julgam importante, vital, que o Paraná mantenha posições de relevo no cenário nacional. O nome de Reinhold Stephanes, pela sua inteligência e capacidade de trabalho, teria e tem todo o nosso apoio — desde que, ressaltamos, desde que não pretenda encerrar sua expressiva votação como fruto de um prestígio popular da Previdência Social Brasileira.

Quanto à forma, como S. Ex.<sup>a</sup> logrou tão expressiva votação, sobre quais articulações políticas ou outras tal permitirem, mencionamos tão somente o que se dizia. É da consciência exclusiva do Sr. Deputado Reinhold Stephanes os instrumentos que utilizou, por certo legais.

Esta nossa declaração de hoje, tem por objetivo esclarecer nossa posição real, de certa forma desvirtuada com a ênfase dada a um tópico de pronunciamento cuja intenção principal era bem diversa daquela que determinada imprensa quis dar.

Pretendemos com ela encerrar o assunto e deixar claro que não nos incorporamos a qualquer movimento que pretenda boicotar este paranaense numa eventual ascensão a cargos federais.

Se tal movimento existe, nossas palavras serviram de degrau involuntário, para o qual não pretendíamos dar base.

São estes os esclarecimentos, Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, que achamos necessários fazer, para melhor entendimento da Casa e da opinião pública, e como dever de justiça ao Sr. Reinhold Stephanes, que, esperamos, venha a ser, novamente, uma das personalidades paranaenses com posição de relevo no cenário nacional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Concedo a palavra, ao orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Acredito eu que, pelo menos nas três campanhas políticas em que eu participei diretamente como candidato, em nenhuma delas eu tive oportunidade de — aliás é com prazer que eu digo isso, eu tive oportunidade de ver tantos candidatos com bandeiras políticas desfraldadas em defesa do agricultor e da agricultura paranaense. A começar do nosso candidato ao Senado, Túlio Vargas, que teve, que também teve como ponto principal, e meta dos seus trabalhos se fosse eleito, a defesa da agricultura e do homem que trabalha na agricultura.

O ilustre candidato do MDB, eleito Senador, Dr. José Richa, também coloca uma das suas principais metas, mesmo depois de eleito, ouvindo a sua entrevista, podemos observar de um dos seus trabalhos a desenvolver no Senado Nacional, será a defesa da Agricultura do Estado do Paraná.

Por outro lado, tivemos vários candidatos, tanto a Deputado estadual, como a Deputado federal, que também desfraldaram esta bandeira e que se eleitos, iriam defender com bastante amor, com bastante afinco, os problemas da agricultura paranaense que, como nós sabemos, não são poucos. Que dependem muito mais da área e Governo Federal do que propriamente dito, do esforço do povo do Estado do Paraná. Podemos inclusive citar o Deputado eleito, até o mais votado pela Aliança Renovadora Nacional, Dr. Paulo Cruz Pimentel, que colocou em todos os seus pronunciamentos antes e depois de eleito, como defesa principal, os problemas agrícolas do Estado do Paraná. Principalmente ele, que iniciou as suas atividades públicas do Estado do Paraná, na Pasta da Agricultura, depois Governador do Estado.

O candidato Reinhold Stephanes também eleito Deputado federal, colocou como uma das suas principais metas, a defesa da agricultura do Estado do Paraná.

Se nós fôssemos citar aqui nomes de ilustres companheiros nossos, do nosso Partido, ou do MDB, iríamos citar uma série de nomes, realmente de valor que durante a campanha e após a campanha, manifestaram publicamente o seu interesse e os seus pensamentos voltados ao problema agrícola do Estado do Paraná; o que vem confirmar e dizer que realmente o nosso Estado precisa, mais do que nunca, de homens para defender não só a agricultura, não somente o crédito mais fácil mas, principalmente, melhores preços e maior defesa ainda do homem que trabalha a terra e este na maioria dos casos, é sempre o grande esquecido.

E um assunto correlato com a agricultura paranaense, que todos nós sabemos que o café é um dos principais esteios da nossa economia, eu gostaria de ler, para que fosse transcrito nos Anais desta Casa, o editorial de hoje, da "Gazeta do Povo", cujo título é o seguinte: "A GUERRA DE SANTOS CONTRA PARANAGUÁ".

Exatamente nessa guerra de Santos contra Paranaguá é que não é propriamente a guerra de dois portos, mas de dois Estados produtores, dois Estados hoje, que praticamente dependem mais de 50% da balança nacional.

(Lê): "Quanto à imensa massa de eleitores já sabe o destino de seus candidatos no pleito da semana passada, é importante que os vitoriosos — principalmente os paranaenses que irão ter voz e voto em Brasília, atentem para um processo de lutas,

quase de "guerra fria", que se desenrola entre os quadros econômicos dos portos de Santos e de Paranaguá, com inevitáveis reflexos no mercado de trabalho da estiva desses atracadouros.

Quase despercebidas, face às tensões de fim de campanha e os comentários decorrentes das apurações da eleição de 15 de Novembro, as Resoluções n.º 50 e 52, do Instituto Brasileiro do Café, limitaram para o porto paulista as exportações da rubiácea ao tipo 4 para melhor.

Os chamados "cafés finos" — somente estes — poderão escoar para o mercado internacional, através de Santos. Significa dizer que o maior volume de cafés para exportação poderá ser drenado por Paranaguá, que, assim, haverá de ver movimentação muito maior em seu "pier", com vistas aos navios que acostarão no seu atracadouro. É que outros "ipotos" de cafés constituem a grande maioria da produção brasileira. Ou, em outras palavras, passaremos a ter volume bem mais acentuado de sacas de cafés que serão exportadas por Paranaguá, considerando-se que o Paraná deverá, na próxima safra, apresentar um contingente exportável muito significativo, em função da recuperação de sua lavoura cafeeira.

Há dois anos que em Paranaguá vem havendo desemprego e ociosidade no uso das estruturas existentes no porto, considerando-se que houve uma queda impressionante na produção cafeeira paranaense.

Se é bem verdade que essas Resoluções do IBC somente passarão a vigor a partir de 1.º de janeiro do ano vindouro, não é menos verdadeiro o fato de que os quadros exportadores paulistas, e, muito especificamente, os quadros empresariais santistas estão realizando um intenso movimento, inclusive de pressão política sobre os dirigentes da autarquia cafeeira, no sentido de que sejam revogadas essas disposições. Dentro das características desse quadro, entendemos nosso dever trazer ao conhecimento do mundo político paranaense, essa realidade, para que tenha ciência desses fatos, considerando-se a importância social e econômica que o porto de Paranaguá representa para o nosso Estado e levando-se em atenção, igualmente, o fato de que no último biênio esse nosso principal atracadouro vem assistindo a uma paralisação com gravíssimos reflexos, notadamente, no meio dos trabalhadores do principal município do litoral do Estado.

As resoluções do IBC, que devem ter tido um lastro técnico, devem ser defendidas pelos paranaenses, principalmente pelos que, eleitos em 15 de novembro, devem identificar-se com os problemas de nossa comunidade, defendê-los e levar a efeito uma luta em favor do Paraná que não se pode esgotar na sensação da vitória das urnas de quarta-feira passada."

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, este editorial evidencia bem hoje a participação que deverá ter a bancada, principalmente a bancada federal no Congresso Nacional, em defesa dos interesses econômicos do Estado do Paraná.

Por outro lado, todos nós sabemos que o Instituto Brasileiro do Café, não talvez tanto pelo seu Presidente, Dr. Camilo Calazans, mas, principalmente, pela própria política que norteia hoje o Instituto Brasileiro do Café, esse Instituto tem a influência muito grande de outros Estados brasileiros, produtores de café, e que, de uma certa forma prejudicam, em grande parte, os interesses da economia cafeeira do Estado do Paraná.

Nestas condições, então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é de que, dentro em breve, ainda nesta Legislatura, nós estaremos fazendo um pronunciamento em favor de um ilustre cidadão paranaense, hoje Presidente da Junta Consultiva do IBC, que é o doutor José Cassiano dos Reis, atual Presidente da COCAPE, das Centrais das Cooperativas, principalmente do Norte do Paraná, onde se centralizam todas as cooperativas de cafeicultores, e fazer com esta Casa se manifeste, para que este paranaense que — sem dúvida nenhuma é uma das pessoas que mais entende de política cafeeira brasileira, e que melhores

condições teria de assumir a Presidência do Instituto Brasileiro do Café. E com esta representatividade de nosso Estado na Presidência do IBC, o nosso Estado, praticamente garantiria o direito que tem por ser um grande produtor de café.

E, sem dúvida alguma, apesar da política de ordem econômica, apesar da política de distribuição de cotas, dentro do próprio IBC, distribuição que, muitas vezes, vem detendo, de certa forma, o crescimento de plantas em nosso Estado, com essa representação o nosso Estado lucraria muito.

Nessas condições, Senhores Deputados, é que nós, aqui, hoje, estamos deixando mais como uma marca histórica nos Anais desta Casa, que reivindicamos essa representatividade para nosso Estado.

E nossos companheiros que tanto lutaram por sua eleição, ou reeleição e, hoje vitoriosos, e que tiveram como bandeira política a defesa do homem do campo, a defesa da agricultura do Paraná, a defesa da economia agrícola do Paraná, realmente, defendam, no Congresso Nacional uma participação não no desenvolvimento econômico de nosso País, para principalmente com a participação de homens de nosso Estado no chamado "Segundo escalão". Porque, todos nós sabemos que isso é tão importante como se ter um ministro.

Tenho certeza que se o Paraná puder contar com o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, mesmo que não seja José Cassiano dos Reis, homem íntegro, ex-Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, líder cooperativista, um dos maiores cafeicultores de nosso Estado, sobejamente conhecido, não só no Paraná, pelo seu trabalho em favor da agricultura, mas também conhecido no Brasil todo pelo grande espírito de cafeicultor que tem e pela defesa intransigente que faz de nossa cafeicultura.

Portanto, fica aqui o nosso registro. Não o nosso apelo, mas apenas a nossa observação para que a agricultura do Paraná, no próximo mandato, tenha realmente a voz que merece ter, no cenário nacional, para que o homem do campo, o lavrador do Paraná possa ter realmente o lugar de destaque que merece ter.

Porque, não é somente produzir.

Os comícios, principalmente os realizados pela ARENA, no Interior do Paraná, propugnaram, por todos os cantos, a participação, a grande participação que o Paraná tem hoje no cenário nacional, com vinte e oito por cento de toda a produção bruta dos produtos em grãos, e com dez por cento de toda a exportação nacional!

Não é somente isso que merece o Estado do Paraná.

O Estado do Paraná, para produzir mais, para ter maior estímulo, inclusive, precisa, realmente, que homens de nosso Estado ocupem lugar de destaque na economia nacional.

Por outro lado, gostaríamos de frisar aqui também: não foram somente os candidatos a deputados federais, ou estaduais que tiveram como bandeira a Agricultura.

Quando a Aliança Renovadora Nacional aprovou, em Convenção, o nome do General João Baptista Figueiredo para a Presidência da República, no seu discurso de agradecimento e de compromisso não só com o Partido, mas, com o povo brasileiro, o General João Baptista Figueiredo pôs, como destaque principal, no seu discurso, a defesa dos problemas agrícolas brasileiros.

Nós sabemos que não é só o Paraná que tem problemas rurais, no Brasil todo, todos os Estados os têm, mas, é o Paraná, sem dúvida nenhuma, hoje, o principal Estado produtor do nosso País e, como principal Estado produtor, merece, realmente, maior destaque no cenário nacional.

O nosso futuro Governador, ex-Ministro Ney Braga, também coloca como destaque, para a sua próxima administração do Governo do Estado do Paraná, maior ênfase, maior destaque, maior amparo à agricultura do Paraná. Portanto, nunca, talvez, nestes últimos anos, tantas pessoas ilustres têm

se preocupado tanto com os problemas rurais do nosso País, como ultimamente se ocuparam figuras de tamanho destaque nacional.

Isto vem comprovar o que?

De que, realmente, a política que nós temos hoje, na agricultura, em termos nacionais, em grande parte ela deve ser mudada, em grande parte, hoje, o setor econômico agrícola terá que mudar; terá que mudar a sua estrutura, terá que mudar a sua forma de financiamento, de atendimento ao homem rural, não só no Paraná, como no Brasil. Isto nos deixa, principalmente a nós, ligados ao problema rural do nosso Estado, eis que sempre, nestes últimos vinte anos, ocupamo-nos praticamente muito mais com os problemas do homem do campo, do que, propriamente com os problemas da agricultura. Mas não está intimamente ligada ao homem.

Realmente nos anima e nos deixa à vontade para poder-mos, mais tarde, se for preciso, cobrar, em favor do homem rural, em favor da agricultura, tudo aquilo que lhe fora dito e que lhe seria feito, pois, somente com uma agricultura forte, somente com um trabalhador rural saudável, é que nós teremos o desenvolvimento econômico que o Brasil tanto deseja e tanto almeja.

Era somente isto, Sr. Presidente, muito obrigado.—  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência consulta a Liderança da Aliança Renovadora Nacional, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. LÍDER DA ARENA — Declina.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — A Presidência consulta a Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja ocupar o horário que lhe é reservado. (Declina).

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em nosso Galeria de Honra, de Sua Excelência o Senhor Prefeito e Presidente da Câmara de Jacarezinho, que se faz acompanhar do Sr. Deputado Erondy Silvério; a presença do Sr. Mário Canservope e Lideranças do Município de Cambará, que também se fazem acompanhar do Sr. Deputado Erondy Silvério; e a presença do Líder incontestado de Ivaiporã, Sr. Alcebíades Alves, também em companhia do mencionado Sr. Deputado. Aos visitantes, esta Presidência deseja, em nome desta Casa, uma feliz estada entre nós. Estejam à vontade, como se estivessem em seus próprios lares!

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, solicitando preferência de discussão e votação do Projeto de Lei n.º 164/78 — Proposta Orçamentária para o Exercício de 1979.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja dada prioridade de votação ao Projeto de Lei n.º 184/78, que constitui no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, a carreira de Redator.— **Aprovado.**

De acordo com o requerimento acima aprovado:

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 164/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 105/78, de Proposta Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 1979. Parecer da COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FAVORÁVEL ao Projeto e EMENDAS com restrições.— Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Concedo a palavra ao Deputado Antônio Facci, para discutir.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados,

Durante todo este primeiro mandato, nesta Assembléia, procurei analisar com cuidado as propostas orçamentárias do Governo Estadual, enviadas a este Poder.

A crítica feita insistentemente a esta programação, tornou-se quase que rotina.

Durante todos os anos, insistimos em dizer que a proposta orçamentária, não passa de uma lista de intenções que o Governo apenas cumprindo dispositivo legal, manda para esta Casa. Alguns progressos foram feitos, no entanto, hoje está este plano de lei, de atender realmente as informações que esse Poder necessitava ter, para chegar-se a uma conclusão e uma discussão objetiva das metas governamentais deste Estado.

A ênfase em se determinar que o desenvolvimento deve ser quantitativo em números, num percentual máximo, caracterizando os aumentos anuais do Produto Nacional Bruto, exigindo desenfredda pressão e estabelecer balanços, eventuar realizações materiais, sem no entanto, mensurar o grau de felicidade do bem comum do povo, tem delineado os programas nacionais, estaduais e municipais.

Desenvolver não é só determinar o crescimento econômico, nem equacionar aumentos de investimentos materiais, quando se constata perder de vista o homem como objetivo, para caracterizar-se como um mero meio no sentido de glorificar alguns para poucos.

O setor econômico é só uma das facetas do desenvolvimento e tal assertiva é válida, ao constataremos que nas próprias informações emitidas pela ONU, determina, vasada nas opiniões de diversos autores, que entre outros, os indicadores de desenvolvimento são os seguintes: níveis de nutrição, de instrução, grau de integração econômica, estrutura social, participação populacional no desenvolvimento etc.. Portanto, podemos deduzir que não é só medir o crescimento dos PNBs e renda "per capita", mas sim, determinar globalmente, o grau de satisfação dos homens que compõem uma Nação.

A análise seguindo indicadores, meramente econômicos, inexoravelmente apresentará diformes visões.

O que se deve ter em mente são as alterações qualitativas, muito antes das quantitativas.

Também não queremos qualificar de ilógicas as realizações do atual governo atual, no interregno 75/78, mas individualizamos problemas, com críticas totalmente construtivas, ao constataremos que se está condicionando o desenvolvimento social e estes com reflexos no setor político-cultural de nosso estado.

Admitimos e até aplaudimos certas realizações do Governo Jayme Canet Júnior, mas antevisamos o esquecimento sócio-cultural de nosso povo, aonde, temos certeza, deve ser baseada qualquer tentativa válida para se desenvolver.

O desenvolvimento não poderá sacrificar extratos expressivos da sociedade, sob pena da não aceitação do próprio desenvolvimento. Não se pode condicioná-lo a quantificações em percentuais inválidos para avaliar o bem-estar do homem, objetivo de qualquer planejamento aceitável.

Agora estamos a discutir o Projeto de Lei que visa dotar o Paraná de um Orçamento para o exercício de 1979.

Poder-se-ia analisar o plano de lei em suas facetas técnicas e analíticas, mas tal tarefa, senão inglória, será por demais estafante e impertinente para o momento. Por isso, nos propomos consubstanciar a prioridade global que deveria alinhar o Programa do próximo Governo, pois podemos definir como dogma o seguinte: — "O DESENVOLVIMENTO SÓ É VÁLIDO SE ACEITO PELO POVO, ISTO É, TENDO O HOMEM COMO OBJETIVO".

Assim, imbuídos de novas forças, estamos na presença dos Senhores Deputados, não para desvincular o planejamento constante da Lei de Meios do Estado do Paraná, mas, muito mais, para chamar a atenção do nosso próximo Governo, para o grave

problema social, no sentido de concretizar o bem comum do povo paranaense, mesmo que isto venha determinar menos dados quantitativos no balanço final.

Não podemos visualizar dados específicos para determinar aonde estamos do limite viável do endividamento do Estado, mas pressupomos que o próximo Governo não assumirá fáceis responsabilidades para atender as prestações, o que se depreende das autorizações e aprovações que esta Casa já concedeu.

Se o Poder Executivo executar o que está previsto dentro do futuro Orçamento estadual, inexoravelmente necessitará emprestar mais Cr\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de cruzeiros), isto é, cem por cento a mais do que foi autorizado para o presente exercício.

Deturpar o que foi feito de nada adiantará, mas analisarmos o que deixou de fazer, no sentido de racionalizar o que se deve realizar, é responsabilidade de todos nós, que representamos o povo paranaense. Somos, bem ou mal, elevados a um mandato, o qual, deve ser utilizado para que pelo menos, tentemos visualizar a felicidade do homem que mora no nosso Estado.

Quando se constata sérias deturpações nos efeitos de nosso desenvolvimento, com a percepção dos aumentos dos desassistidos e carenciados (A CPI do Menor da Câmara Federal determinou a existência de mais de 15,4 milhões de crianças carentes e abandonadas no Brasil, o que representa 14% da população total), faz com que nos debruçemos no assunto e estudemos um novo modelo de desenvolvimento, sob pena de não ter porque e nem para quem se desenvolver.

Uma das expectativas em nosso tempo, é a da preponderância do econômico na problemática do desenvolvimento, o que fez com que o Prêmio Nobel de Economia, em seu livro "Introdução à Análise Econômica", asseverasse: — "As orientações públicas podem preferir melhorar o bem-estar econômico, se necessário à custa do sacrifício deliberado do simples aumento do PNB. A Economia Política tem que atender ao desejada humanidade. Não há necessidade de os homens ficarem atados ao simples crescimento material, ao menos que assim o desejem".

A constatação é angustiante, pois a promoção do homem, na satisfação de suas necessidades básicas, não tem total condicionamento na estrutura prática das sistemáticas do modelo, todo ele voltado às exportações e, conseqüentemente, enfraquecendo as tentativas de acertar os problemas internos.

Cada vez mais se cria carências ao se instalar indústrias de bens de consumo sem se acuidar em dar viabilidade ao mercado interno; mostra-se mas não se dá condições de obter; frustra-se.

Remunera-se mal o trabalho e ao dinheiro, cada vez se dedica a pagar mais, aumentando abusadamente os juros. Concentra-se riquezas, aumenta-se os vácuos sociais e tende-se, gradativamente, atrofiar-se a já sofrida classe média, sem se falar na mais desassistida.

Ao dedicarmos uma análise nos orçamentos, que por dever parlamentar manuseamos, constatamos que em 1975 se previa uma receita e despesa na ordem de Cr\$ 5.266.115.000,00 (cinco bilhões, duzentos e sessenta milhões, cento e quinze mil cruzeiros), e que de 1979 estipula um montante de Cr\$... 27.555.680.300,00 (vinte e sete bilhões, quinhentos e cinquenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil e trezentos cruzeiros), perfazendo assim um aumento que atinge, neste interregno, um percentual de 423,26%. O crescimento é enorme, é visualmente sentido, mas é meramente quantificado.

E o qualificado?

Em 1975 escutávamos os angustiantes e válidos clamores dos funcionários na percepção de parques vencimentos, os quais, para efeito de comparação eram para os níveis 23 e 30 (Poder Legislativo), como finais de carreiras de Cr\$ 1.545,00 e Cr\$... 2.215,00, respectivamente. Hoje são eles de Cr\$ 4.682,00



e Cr\$ 6.821,00, perfazendo um percentual de aumento na ordem de 203,2%.

O Estado progrediu, aumentou a sua arrecadação, mas o seu funcionalismo, aonde se estrutura todo o trabalho para o progresso, não é estimulado a participar deste desenvolvimento. Assim, se a coisa era péssima naquele início de legislatura, hoje ela é insustentável e para nós é triste a constatação: o próprio Estado é produtor de carentes.

Por isso chamamos a atenção do futuro Governador para esta difícil questão, já que os vencimentos não acompanharam o crescimento do Estado e se quiserem fazer justiça aos servidores públicos, dever-se-á proporcionar um aumento em sua remuneração na ordem de mais de 72,6%, a partir de 1.º de janeiro próximo.

Mas aqui existe um problema, pois o programa orçamentário prevê um aumento na despesa com ("Pessoal e Encargos Sociais"), na ordem de um pouco mais de 45%, bloqueando uma correção nos vencimentos superior a 42%, aprofundando-se mais a defasagem do funcionário na participação do desenvolvimento do Paraná.

Aí está Sr. Governador uma grave questão que determina uma urgente tomada de decisão, pois só poder-se-á resolver os problemas sociais se o Estado resolver, primeiro, os "caseiros".

Nunca devemos nos esquecer que o desenvolvimento deve ser global, isto é, em todos os setores: econômico, político e, precipuamente, bio-sócio-cultural do homem.

O nosso voto de confiança é adstrito, ainda, na nossa participação nas soluções dos problemas sociais do Estado, mas nisto, também, deve ser somado que aqui continuaremos na fiscalização e tomada de contas dos atos governamentais, porque as decisões devem atingir o problema de maneira profunda, consciente e justa, pois não bastará somente medidas amenizadoras de efeitos, mas válidas para o combate de causas".

Dessa observação feita inicialmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais uma análise do aumento percentual no Orçamento do Estado, deste 75 até agora, nos leva a observar problemas referentes às regiões, por exemplo, de Maringá, região que represento nesta Casa, e que está agora, os universitários da Universidade Estadual de Maringá a fazer um movimento visando congelar as suas anuidades, porque está previsto o aumento de anuidades escolares de Maringá da ordem de 38%, pressionando mais a classe estudantil, fazendo com que esta permaneça fora da escola. Vejam por exemplo, em 1977 a Universidade de Maringá recebeu uma dotação de quarenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil cruzeiros, como participação do Estado. Enquanto, em Londrina, a Fundação criada pelo mesmo Ato Governamental, recebia no mesmo ano, setenta e nove milhões, novecentos e noventa e seis mil cruzeiros; em 1978 volta Maringá a receber uma dotação de sessenta mil cruzeiros com um acréscimo muito pequeno, de um ano para o outro.

Londrina no entanto, recebeu uma dotação em 1978 de cento e cinquenta mil cruzeiros, fazendo com que Maringá ficasse cada dia mais distanciada na participação do Estado, na manutenção de sua Universidade; na Proposta Orçamentária de 1979, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Maringá recebe agora uma dotação de cento e trinta e cinco milhões de cruzeiros contra uma dotação para a Universidade de Londrina na ordem de duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros.

É um verdadeiro massacre em cima de nossa Universidade de nossa região. Esquecendo este governo que não é apenas uma região do Estado, uma escola que deve receber os benefícios. Temos informações que as anuidades escolares em Londrina, não deverão subir, não deverão ser aumentadas na ordem em que as anuidades escolares de Maringá estão sendo

aumentadas. Portanto, o pedido de congelamento que os universitários de Maringá estão fazendo, mesmo pressionados pela Direção da Escola, para que não façam movimento, ele é plenamente válido, porque é impossível, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ver-se que apenas uma das três fundações têm que arcar com mais da metade da sua manutenção e construção de escolas.

Apresentamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, algumas emendas; a este Orçamento: Como sempre vimo-las rejeitadas pela própria comissão na sua maioria Arenista. Fazendo com que este Poder, fosse cada dia mais castrado e mais distante do acompanhamento orçamentário e da execução orçamentária, do Estado do Paraná.

O Artigo 4.º da Lei Orçamentária diz o seguinte:

"O Poder Executivo fica autorizado a tomar as medidas necessárias para manter os dispêndios combatíveis com o comportamento da Receita dos Títulos 6-Cap. 1.º da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 64 e a realizar operações de crédito, por antecipação de Receita, mediante a emissão de títulos e dívida pública flutuante, e empréstimos bancários, de acordo com o Artigo 37 da Emenda Constitucional n.º 3 do Estado do Paraná, e Resoluções do Senado Federal".

Nós apresentamos uma Emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já rejeitada pela Comissão como sempre acontece em todas as vezes que essa emenda é apresentada, procurando dar a este Poder a esta Casa, condições de melhor fiscalizar, a execução orçamentária. A emenda tinha o seguinte teor:

"O Poder Executivo ouvido a Assembléia Legislativa poderá tomar medidas necessárias e etc. etc."

Vejam apenas a diferença, nós não poderemos ficar a parte, marginalizados de todo esse processo de execução orçamentária. Não pode esta Assembléia ficar aqui no aguardo de ver através apenas do "Diário Oficial" o que está sendo feito com o dinheiro público. É necessário que um dia esta Casa tenha a necessária liberdade, que seus membros tenham a coragem de aprovarem emendas como esta, para podermos não ficar nesta badalação apenas que o Poder Executivo, todo poderoso, além de manusear um orçamento de vinte e sete bilhões de cruzeiros, ainda ter mais trinta por cento deste valor à sua disposição.

Portanto, volto a afirmar, não é um plano orçamentário que para aqui veio, o que vem para cá é simplesmente uma lista de intenções porque, ao final de cada programa, mesmo com as nossas reiteradas críticas, com as nossas reiteradas posições contrárias, a isto, encontramos o e ou outras. Prevê-se tantas estradas, no entanto, no final, e ou outras. Para acontecer, quem sabe, nas vésperas de campanha eleitoral, como aconteceu agora, o Governo do Estado do Paraná cometendo verdadeiro abuso, chegar no Município de Maringá,— e isto é um alerta até para os homens da ARENA da região que, lamentavelmente, não puderam voltar, não foram eleitos para esta Casa de Leis, nem o Deputado Jorge Sato, nem o Deputado Luiz Gabriel Sampaio.

Mas vejam, por exemplo, o mal já começa há mais tempo, não é de agora que este Governo pretende liquidar com as lideranças políticas de nossa cidade, de nossa região. Maringá luta, por exemplo, há mais de vinte anos e na proposta orçamentária já foram colocados recursos muitas vezes, para a construção da estrada Maringá-Santo Inácio; mas, como num passe de mágica, a estrada saiu Nova Esperança-Santo Inácio, dando uma verdadeira vitória ao Deputado Basílio Zanusso que é de Nova Esperança, contra dois, três e quantos Deputados de Maringá que nesta Casa estiverem presentes e, para nossa tristeza, sempre dizendo "sim" ao Governo do Estado, sem coragem de votar uma vez sequer, contrariamente a ele.

As obras de importância para o nosso município, para a nossa região, vão para outros locais, deixando Maringá por fora, como foi o caso da estrada citada acima, como é o

caso da Universidade que, enquanto Maringá recebe cento e trinta e cinco milhões de cruzeiros, Londrina recebe duzentos e cinquenta milhões de cruzeiros.

É assim que Maringá está se vendo torpedeada, está vendo suas lideranças serem aniquiladas, aniquiladas à distribuição do famigerado comando político, quando toda a região de Maringá, na visível intenção governamental de, como já disse, liquidar com as lideranças políticas daquela cidade, distribuiu, graciosamente, os comandos dos municípios limítrofes a Maringá. Paissandu para o Deputado Basílio Zanusso, Mandaguá para ele, São Jorge, para o Basílio, Floresta e Ivatuba para o Deputado Escorsin, Mandaguari para o Deputado Lázaro Dumont, Jussara para o Deputado Quielse Crisóstomo e assim por diante, e os nossos Deputados de Maringá ficavam aqui sonhando que voltariam para a Assembléia.

Quando em reuniões que tivemos em Maringá, alertávamos que se o Governo do Estado persistir nesta vontade de liquidar as lideranças de Maringá, vai liquidar mesmo. E eles continuavam, eu lembro bem do Deputado Jorge Sato, que me permite desculpendo a ausência dele hoje em plenário, que numa votação de uma emenda nossa no Orçamento de 78, quando Maringá estava sendo preterida como já disse, numa verba da Universidade, — porque quando criou a faculdade, a Escola de Agronomia na Universidade de Maringá, o Governo, como prêmio, retirou do Orçamento 30 milhões de cruzeiros de Maringá e colocou para a Universidade de Londrina, nós apresentamos uma emenda para voltar este dinheiro à Universidade de Maringá e o voto de Minerva, para nossa tristeza, foi dado pelo Deputado Jorge Sato, contra os interesses de Maringá para fazer a política que o Governo pedia, para fazer o que o Governo pediu, o mesmo Governo que lhe tirou os comandos políticos, deixando-o fora deste Poder para a próxima legislatura.

É assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós estamos vendo, dia a dia, as lideranças de nossa região serem aniquiladas. Mas nós da Oposição, tanto eu como o Deputado Bernardi, que logramos a felicidade de ganharmos mais esta eleição, estaremos aqui, desta tribuna, na oportunidade em que nos for dada, na apreciação de projetos orçamentários, e em todas elas, a gritar pela região que, mais uma vez, comprovadamente, está sendo aniquilada, está vendo suas lideranças serem aniquiladas pelo Poder Executivo Estadual. E vejam bem, os homens de todo o Paraná têm me perguntado: — como é que pode? Na terra de Túlio Vargas, ganhar a eleição o MDB? Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é só olhar os números para que os Srs. vejam que não foi Maringá que votou contra Túlio, não. Maringá votou contra esta situação que está implantada há muitos anos, quando nosso Governo faz questão de mostrar a Maringá que não quer nada com nossa cidade, com nossa região. Mas algum progresso foi feito, nós temos aqui, por exemplo, o Projeto Orçamentário de 1977. E nós fazíamos severas críticas, quando colocavam lá na Mensagem Governamental, um emaranhado de nomes de estradas. Deixa-me ver se encontro algum aqui. Tem aqui: Peabiru - Araruna, BR-317 - Assis Chateaubriand, Quarto Centenário, BR-239, Campina da Lagoa, Ubiratã, sem dizer quantos quilômetros tem esta estrada, quanto vai custar cada uma, qual é o preço, nada disso vinha. Como é que podia depois o Poder Executivo, o Poder Legislativo, fiscalizar a execução disso realmente? E trazíamos aqui, me lembro bem o Deputado Deni Schwartz, trouxe-nos uma Proposta Orçamentária do Rio Grande do Sul, e nos mostrava, mostrava a esta Casa, que o Projeto Orçamentário do Rio Grande do Sul previa para, por exemplo, de um município a outro, quantos quilômetros, quantas pontes, inclusive o custo de cada obra de arte destas.

E nós aqui esbravejávamos, gritávamos, falávamos que não era possível o Paraná continuar assim. E recebíamos respostas às vezes até indelicadas do Poder Executivo, a nos dizer que a Assembléia não tinha nada com isso. Era um plano global e que este plano seria executado e que se nós quiséssemos mais

informações, procurássemos junto ao Tribunal de Contas.

Mas veja, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este ano já está diferente, para a Proposta Orçamentária de 79, a Secretaria de Transportes. Já traz aqui as estradas com a quilometragem. Já diz, por exemplo: Peabiru-Araruna: 27 quilômetros; pelo menos alguma coisa, algum progresso nós vamos tendo. Ainda não diz quantas pontes, quanto vai custar. Nós não podemos admitir por exemplo, que numa Proposta Orçamentária nos constem apenas algumas estradas mas nas vésperas da eleição, — e isto me parece nós estamos estudando, para ver a responsabilidade de quem autorizou estas obras. Obras necessárias é verdade, mas, por exemplo: no Município de Maringá, tem um Distrito chamado Iguatemi, pequeno distrito que tem cerca de 1.500 eleitores.

O Governo do Estado do Paraná, na ânsia de eleger os seus apadrinhados, levou para lá o Dr. Hamilton Vilella, engenheiro do DER, aliás para a próxima legislatura, Dr. Deni, o Senhor vai ter uma porção de colegas, todos engenheiros do DER, que foram eleitos graças a esta máquina extraordinária do Governo do Estado, talvez para aqui defender das críticas e as observações que vamos fazer no custo dessas estradas. Porque foram feitas realmente muitas estradas, mas sem nenhuma fiscalização, quem sabe, eles precisavam manter os engenheiros aqui para que as críticas não ficassem sem defesa, para que as críticas não fossem feitas sem que eles mesmos pudessem se defender. Mas é a primeira vez, me parece, na sua história, que os próprios executivos vêm depois para o Legislativo defender-se das críticas que a oposição fará naturalmente, e as denúncias que serão feitas.

Iguatemi, como eu disse, — eles ficaram de certo preocupados, com a eleição desse engenheiro. Então chegaram ao distrito e disseram: olha, aqui em Maringá vocês têm candidato, mas não é muito do agrado do Governo, então é necessário que se eleja este Dr. Hamilton Vilella. O que vocês querem para o distrito? O Vereador de lá, que não é bobo, nem nada, disse: Eu queria que se pavimentasse a cidade toda sem cobrar nada dos proprietários.

E olha minha gente, asfaltaram mesmo. Todas as ruas, todas as vias urbanas do Distrito de Iguatemi estão pavimentadas às custas dos cofres públicos do Estado do Paraná, a Secretaria dos Transportes pavimentou todas as áreas urbanas, o acesso a áreas urbanas, sem cobrar um centavo e, é claro que o nosso candidato, o candidato do DER, faturou lá 70 por cento dos votos, numa verdadeira prova e mostra de corrupção eleitoral neste Estado que, meu Deus do Céu, nós estamos a aguardar do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, as providências da CPI da Corrupção Eleitoral que ele prometeu nos jornais.

Porque veja, minha gente, isto não pode ficar, de maneira nenhuma — não que nós não quiséssemos, que o nosso distrito onde eu sempre fui o mais votado dentre os homens da Oposição, recebesse a melhoria...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — V. Ex.<sup>a</sup> me concede um aparte? O SR. ANTÔNIO FACCI — ... mas vejam bem, não é possível

que isso aconteça impunemente. Eu falei hoje com o Departamento, com a autarquia de pavimentação de Maringá, do qual fui fundador, fui seu primeiro presidente, e perguntei a um de seus funcionários, que me pediu "Pelo amor de Deus" não nominá-lo, para que depois ele não fosse, quem sabe até, demitido. "Havia um convênio, vocês conhecem, ou pelo menos quantos metros de asfalto foram feitos nas vias urbanas de Maringá pelo DER?" Ele disse: "Olha, ninguém sabe nada. Nós não fomos nem convidados para a inauguração. Nós só sabemos que foi asfaltada uma cidade inteira aqui e pelos cofres públicos do Governo do Estado", quando deveriam estar cuidando de uma estrada, por exemplo, de Roncador a Campo Mourão, essencial e necessária para o escoamento das safras daquela região que, quando chove, é um Deus nos acuda, é uma estrada toda cheia de morros, difícil, com terra roxa, difícil de se sair,



de transportar a produção. Mas lá, quem sabe, dava menos votos ou estava sob controle de algum político de mais influência do Governo do Estado, e pavimentou-se uma área urbana inteira como quantas outras eu espero que tenha sido, eu acredito que tenha sido pavimentada.

Com aparte o Deputado Luiz Alberto.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — V. Ex.<sup>a</sup> comete um equívoco, quando diz que somente os engenheiros do DER foram beneficiados. Não foram somente engenheiros do DER. Outras personalidades da vida pública também foram beneficiadas.

Era este o aparte que gostaria de conceder a V. Ex.<sup>a</sup>, e esclarecendo que, oportunamente, trarei a esta Casa, solicitação da CPI e solicito a V. Ex.<sup>a</sup> que forneça, também, dados com relação às denúncias em sua região.

Muito obrigado.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Muito obrigado, Deputado Luiz Alberto.

Eu não disse "somente", eu disse que os engenheiros estão aí eleitos. Mas a verdade é a que está aí. Por exemplo, o caso de Iguatemi que V. Ex.<sup>a</sup> é meu convidado para ir em Maringá e verificar que realmente a obra foi executada por parte de um Governo de Estado, dentro de uma área urbana, porque eu não entendo mais nada do que está acontecendo, quando estradas, como eu já disse, como a de Campo Mourão a Roncador, pedida, solicitada e chorada até por nós aqui, não são feitas.

**O Sr. Gabriel Manoel** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? - (Assentimento) Apenas para botar um adendo ao pronunciamento de V. Ex.<sup>a</sup>, dizendo que todo o povo daquele distrito foi beneficiado, porque todo dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo traz um grande benefício para o seu distrito.

Muito obrigado.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Deputado Gabriel Manoel. Ninguém discute o benefício. Este benefício devia ter sido feito há muito tempo. O que nós não concordamos é que os nossos municípios estejam, pela legislação, pela política orçamentária, pela política exercida pelo poder central, estejam sacrificados, sem recursos, todos endividados, quase todos sem pagar funcionários, quando o Governo do Estado e o Governo da União abocanham toda a sua arrecadação, deixam que os nossos Prefeitos estejam sempre de joelhos a pedir pelo amor de Deus, para que pequenas verbas sejam encaminhadas aos seus municípios. Para que, Sr. Deputado? Para que, na véspera de eleição, arbitrariamente, usado de subterfúgios para carrear votos para candidatos que nem são conhecidos na região, o Governo do Estado resolve eleger um determinado cidadão, apenas porque é seu amigo, e joga em cima de outros candidatos, como é o caso do engenheiro Valente, que outra vez se elege, independentemente, apesar de estar na Arena. Vejam bem, é esta colocação que nós não aceitamos, estas verbas precisavam estar era no bolso, na condição do Prefeito utilizar, e não estarem abocanhadas pelos órgãos governamentais, como estão em todas as oportunidades, e os municípios ficam a "ver navios", dependendo dos famigerados — como já disse — comandos políticos, que são distribuídos aos maiores, aos seus amigos, e ficam os prefeitos a pedir "pelo amor de Deus, eu preciso".

E vi ainda ontem, aqui, dois caminhões de uma Prefeitura que não consegui ver o nome, com algumas carteiras escolares em cima, para serem levadas ao Interior. Se essas carteiras, Srs. Deputados, estão sendo transportadas a distâncias como Altônia, Ampere, Iporã, fica mais cara a viagem do que se fossem transferidos os recursos para esses municípios construírem, lá no Interior, suas carteiras.

**O Sr. Deni Schwartz** — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento) Deputado Facci, o Deputado Gabriel Manoel disse muito bem: "o benefício fica para o povo".

A grave dúvida é se, realmente, o benefício que o povo tem com o asfaltamento dessas estradas ou ruas, foi tão grande

quanto o benefício do empreiteiro.

Porque, a grande verdade, neste Estado, é que se fazem obras, se fazem asfaltamento através de empreiteiras. Porque através delas, é mais fácil pegar a participação daqueles que estão enriquecendo neste Estado.

Que se explique o Sr. Osiris Stenghel Guimarães da reunião que fez, às vésperas das eleições, no Clube dos Engenheiros do DER; onde, representados todos os empreiteiros, ele simples e puramente — aliás, com u'a má educação tremenda — determinou aos empreiteiros de estradas deste Estado que:

"primeiro, colocassem todos os seus veículos à disposição da campanha;

segundo: que cadastrassem todos seus funcionários que não iriam votar no seu partido;

terceiro: que gastassem o necessário, porque só assim eles teriam obras no futuro".

Que se explique, porque, e o nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira que está ao meu lado sabe muito bem, como e porque empreiteiras, como uma que existe em minha cidade, teve condições de doar a um candidato gasolina com a qual ele fez toda a campanha política.

Ora, minha gente, ora meu Deputado, é muito fácil, num corte terra, de mil metros cúbicos, aumentar um zero: Ficam 10 mil metros cúbicos.

É muito fácil, num corte de pedra, aumentar a metragem. É isso que não podemos verificar no Estado.

É por isso que este Poder é vazio. A corrupção é muito maior do que pensamos.

Hoje, se fazem estradas neste Paraná, para se beneficiarem empreiteiros. Assim como se está fazendo a estrada General Carneiro - Bituruna, para cortar pelo meio uma área reforestada pela CR Almeida, de 6 mil alqueires de terra. Essa estrada liga duas regiões, duas cidades, e o tráfego sobre elas será de 10 a 15 veículos por dia. É o que o Sr. Almeida precisava um asfalto sobre seu reflorestamento.

Por isso, o benefício que se dá ao povo, não sei se é tão grande quanto o que se dá aos empreiteiros; empreiteiros de estradas, os quais, por sua vez, beneficiam outros candidatos — não só engenheiros repito — mas certos candidatos do bolso do colete do Governo do Estado.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Nobre Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> tem toda razão e está acompanhando desde o início, esse problema em nosso Estado.

Mas, vejam bem, quando falei em percentual de aumento e atendimento social ao próprio servidor do Estado, vejam uma coisa: veio uma mensagem governamental para cá, propondo um aumento de 40 por cento para os servidores públicos estaduais.

Bem, dá-se a impressão que está tudo muito bem. Aumenta-se 40 por cento, quem sabe está dentro do aumento dos percentuais que aumentaram toda a programação orçamentária do Estado. Mas eu vejo aqui, por exemplo, Gabinete do Sr. Governador:

publicações de atos oficiais . . . Ítem que vimos, também, há muito tempo, há longos anos brigando nesta Assembleia, porque se gasta tanto — apenas o Gabinete do Sr. Governador orçado para 1978: 55 milhões de cruzeiros. Já é bastante. Publicação de atos oficiais: 35 milhões de cruzeiros. Mas, vejam bem, para 1979, o aumento, vejam publicações de atos oficiais: 61 milhões e 70 mil cruzeiros.

Quase 100 por cento do acréscimo neste ítem.

Vejam se é esse o percentual que se está dando no atendimento ao servidor paranaense que está aí dia a dia, quase a se transformar; aos professores, em nosso Estado, que estão, dia a dia, se transformando em verdadeiros "bóias-frias" do ensino. Este não é o percentual, não é o mesmo tratamento; para a divulgação dos atos oficiais, aumenta-se noventa por cento, para os professores, quando querem um aumento, fazem

uma reivindicação, são punidos. E agora, eu não tenho ainda as informações detalhadas, mas anuncia-se um novo concurso que vai terminar na demissão de milhares de mestres que estão a dar aulas, que estão a trabalhar, a ensinar os nossos filhos, há longos anos. Quem sabe, estes, serão os afastados? Deus queira que não. Mas estes que estão sendo afastados, quem sabe sejam homens que não estiveram bem alinhados à política governamental.

Um outro item interessante: todos os anos, em todas as Propostas Orçamentárias, a gente depara com isto aqui: "Gabinete do Sr. Governador - Reformas e Adaptações do Palácio Iguaçu".

Mas oh! Palácio difícil de ser reformado; num ano, 4 milhões e meio; no ano passado, mais 5 milhões de cruzeiros; este ano, mais 5 milhões, 230 mil e 900 cruzeiros. Minha Nossa Senhora! Nós estamos importando tapetes persas? Ou cortinas da França? Alguma coisa está acontecendo, porque, oh! Palácio difícil de ser adaptado!

As nossas escolas, por esse interior, apesar de toda essa propaganda, e eu acompanhei em tantos municípios, os seus Presidentes, os seus mantenedores sofrem, e o Sr. Deputado Gilberto Carvalho tanto quanto o Sr. Deputado Jurandir Messias, que estão a pedir apartes, sabem perfeitamente disto, pois são homens ligados à CMC. Quantas dificuldades para serem mantidas essas escolas, de cujas fundações eu também participei. Quanto às dotações, essas escolas recebem dotações dos Deputados, recebem ajudas escassas, suas professoras recebem salários muito abaixo do compatível com a sua dignidade. Entretanto, para as reformas e adaptações do Palácio Iguaçu, esses dados se avultam. Todos os anos eles são gastos. Tenho pedido informações e as tenho obtido: Empreiteira tal, tantos mil cruzeiros — a outra empreiteira também, tantos mil cruzeiros. E o dinheiro vai embora.

E as nossas crianças? Continuam a ter a mesma dificuldade de irem para as escolas — são os nossos universitários de Maringá que estão lá a gritar pelo congelamento dos preços, que uma mensalidade para a Escola de Engenharia que custa mais um mil e setecentos, afora a manutenção do estudante. Este estudante não tem condições, terá que abandonar, forçosamente, a escola que ele tanto sonhou, e para o que a sua família tem dado em trabalho e em esforço.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Ex.<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado Antônio Facci, perdoe-me, mas eu não sei se V. Ex.<sup>a</sup> está analisando o Orçamento, ou está pensando ainda, que continuamos em campanha.

Ouçó V. Ex.<sup>a</sup> fazer uma análise sobre as estradas . . .

O SR. ANTÔNIO FACCI — Nobre Deputado, tenho o máximo prazer em dialogar com V. Ex.<sup>a</sup>, mas não há nenhum parágrafo, nenhuma parte deste meu pronunciamento aqui desta tribuna, que não se refira a números orçamentários.

A campanha eleitoral, eu desenvolvi com seriedade e com firmeza. V. Ex.<sup>a</sup> e eu tivemos o prazer de fazê-la juntos e, em nenhuma parte tivemos confrontos eleitorais. Mas, a campanha eleitoral que desenvolvo, é com a mesma seriedade e serenidade com que V. Ex.<sup>a</sup> está me vendo nesta tribuna.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, V. Ex.<sup>a</sup> fala em números, na realidade; falou em corrupção e agora há pouco, até durante um aparte do nobre Deputado Deni Lineu Schwartz, quanto ao que foi usado na campanha. Agora, fala nos professores.

Tanto que nós lutamos para que saísse o concurso de promoção e que está marcado para o dia 29 de dezembro, o concurso de promoção tão esperado pelos professores, para completar aquele atendimento esperado no Estatuto dos Professores.

Não vejo porque os professores vão ficar sem aulas. Em absoluto, não vai ficar nenhum professor sem aula; todos eles serão aproveitados, com o concurso e promoção.

O concurso também está aberto para o segundo grau; serão atendidos os professores que estão no manejo de classe, professores suplementaristas. V. Ex.<sup>a</sup> fala em corrupção, manei-ra de campanha, que o Governo tem dado uma cobertura a seus candidatos de sua preferência.

Nobre Deputado, eu tive a oportunidade de estar nesta campanha e já falei desta tribuna. Cheguei no município de minha região, e até é humilhante o que pude assistir: fazendo uma campanha com dificuldades, visitas de água em água e chegando no final da tarde, numa cidade, verificava que se programava um grande comício do MDB. Lá estava um Mercedes novo, todo equipado, com serviço de som, toda a instalação de luz completa, duas Kombi mais um Volks com serviço de alto-falantes e mais umas 10 moças para visitar a cidade e fazer a campanha da oposição. Eu, verificando aquilo e com muita dificuldade, fazendo a campanha sem nenhum aparato daquela forja. Eu dizia: como é possível, e como se arruma tanto dinheiro para fazer uma campanha como essa que está sendo feita, e agora estranho quando V. Ex.<sup>a</sup> vem falar em corrupção, vem falar em campanhas que vêm sendo feitas e que têm tido a cobertura do Governo. O que o Governo tem feito é dar o atendimento perfeito na região, o atendimento na área da saúde, na área da educação, na área de estradas, estradas tão necessárias e tão reclamadas na região, principalmente na região que V. Ex.<sup>a</sup> faz política e milita, que é o norte do Paraná, é Maringá, é aquela região do Vale do Ivaí, que V. Ex.<sup>a</sup> sabe as dificuldades que nós tínhamos, meios de locomoção e comunicação e que hoje não ficará um município sequer, naquela região, sem asfalto e esse Governo não é bom.

Falo em orçamento. V. Ex.<sup>a</sup> que foi vereador e está agora na segunda legislatura, sabe que no orçamento há uma previsão orçamentária e que não quer dizer que quando tem uma verba para o Palácio, para a reforma do Palácio que se iniciou no ano passado e que não concluiu, verificamos que foi gasto no ano passado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Deputado, quando eu disse que as informações estão em nosso poder, é porque esta Casa aprovou o requerimento de nossa autoria e que no qual solicitávamos do Sr. Governador do Estado, informar à Assembléia se aquela verba, se aquela dotação de quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros, de 1977, teria sido gasta integralmente nas reformas e adaptações do Palácio Iguaçu, ou se ela teria entrado nesses trinta por cento que nós sempre procuramos aqui suprimir, e não conseguimos, e se teria sido utilizada em outra dotação, em outra esfera, em outra obra.

A resposta que nós obtivemos e está em nosso poder, em nosso gabinete e foi lida desta tribuna, por nós, dizia que o dinheiro foi gasto integralmente nas reformas e adaptações do Palácio Iguaçu e que aquela verba ainda tinha sido suplementada, porque tinha sido insuficiente. Eu ainda não tenho, pois ainda não se encerrou o exercício de 1978, e não sei se os cinco milhões do ano passado foram gastos totalmente, mas vou requerer, se Deus quiser, para saber se a informação que V. Ex.<sup>a</sup> está dando, está fazendo, que esta verba não é lá, porque a informação não condiz com a realidade, com a resposta que eu recebi.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado, eu vou ser rápido na conclusão do meu aparte, mas nunca, Sr. Deputado, foi construída tanta sala de aula neste Paraná, como foi construída neste Governo. Os aumentos, ajuda das Prefeituras para pagamento dos professores, mas o número de vagas também foi triplicado nas Universidades. V. Ex.<sup>a</sup> é testemunha disso.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sim, Sr. Deputado, as universidades aumentam o número de vagas, à custa do suor e sacrifício e do próprio sangue de nossa população, que paga mensalidades absurdas. É impossível que um trabalhador que recebe menos de dois mil cruzeiros por mês, sonhe um dia em ter

seu filho doutor, que é o sonho de todos nós, ver seu filho formado quando ele recebe menos de dois mil cruzeiros e vê os cursos técnicos que daria mais futuro, mais estabilidade a ele, custando mais de mil e setecentos cruzeiros mensais. Quando a nossa Universidade Federal, inexplicavelmente, é ocupada por filhos de ricos, quando os nossos pobres, têm que correr pelo interior e pedir pelo amor de Deus, bolsas de estudos para conseguir um lugar nos bancos escolares.

Aumentar o número de vagas não significa em hipótese alguma, manter escolas para que as nossas crianças mais pobres tenham os mesmos direitos que têm as mais aventuradas de nossa sociedade.

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Nobre Deputado. V. Ex.<sup>a</sup> falou agora pouco no orçam. sobre a participação do Governo, junto às Universidades, a participação no pagamento dos professores. Concordo que é caro. Existe hoje o crédito educativo dando possibilidades ao filho do pobre para que possa estudar, mas...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — V. Ex.<sup>a</sup> quer afirmar que a nossa criança pobre só tem que aprender o "b-a-bá".

**O Sr. Gilberto Carvalho** — Eu concordo, nobre Deputado, quando V. Ex.<sup>a</sup> faz referência à Universidade Federal. Eu estou de pleno acordo, e acho que deveria ser cobrado, também, na Universidade Federal, para que possa ajudar mais, ainda, nas Escolas, nas Universidades Estaduais para que tenha mais recursos para atender o aluno mais carente, porque existem, na realidade, às vezes, alunos que estão estudando na Universidade Federal e que poderiam pagar a sua mensalidade; mas, se a lei isenta, eles não pagam; deveria ser cobrado para serem beneficiados aqueles que não podem pagar. Estou de pleno acordo com V. Ex.<sup>a</sup>, com referência à Universidade Federal. Mas, o Governo tem feito, V. Ex.<sup>a</sup> está com o Orçamento na mão; dentro das possibilidades, o Governo tem dado ajuda e é preciso lutar para se ampliar, ainda mais, essa ajuda. Eu agradeço a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — O aparte de V. Ex.<sup>a</sup> foi, de fato, elucidativo, até.

Na verdade, Sr. Deputado, é que nós estamos a analisar o Orçamento e, como eu disse, inicialmente, é uma lista de intenções que não traz, objetivamente, informações para que cada Deputado e, eu desafio qualquer um que o faça, porque eu me dedico a isso, gosto do Orçamento, gosto de ver política orçamentária e, digo mais — para que nós, aqui, exercêssemos plenamente a nossa atividade, não restava a cada um dos Deputados, quem sabe, nada mais nesta Legislação, que oprime o Poder Legislativo, que faz com que o Poder Legislativo seja, meramente, um Poder homologatório, nada mais do que estarmos aqui a manusear o orçamento e cada vez que viéssemos à tribuna, estivéssemos, quem sabe, de posse de um Diário Oficial que publicasse uma suplementação dessas de verba, suplementação, modificações, dilocações que, impedem, definitivamente, que cada Deputado acompanhe a execução orçamentária. Tem o aparte o Deputado Jurandir Messias.

**O Sr. Jurandir Messias** — Deputado Facci, é pena que não podemos oferecer um aparte tão alegre, tão brilhante como é o vosso pronunciamento. Mas, quando V. Ex.<sup>a</sup> menciona a região de Maringá, Cianorte, a região do Norte, de modo específico, eu, honestamente, não tenho meios, não tenho nada em mãos para contraditar as suas palavras. Mas, V. Ex.<sup>a</sup> veio numa área em que eu atuo como Deputado e que eu conheço tão bem como V. Ex.<sup>a</sup>; e a razão do meu aparte é para deixar mais claro o problema da estrada do Roncador; eu sei e V. Ex.<sup>a</sup> tem conhecimento que esta estrada já está com o seu projeto concluído. Há questão de 10 dias, aproximadamente, o projeto já foi concluído mas, que liga Pitanga a Roncador.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — O que eu estranho, Deputado Ju-

randir Messias, é que estes projetos não constem no Orçamento e no Plano de Obras do Estado. Então, veja bem, V. Ex.<sup>a</sup> está me dando plena razão à lista de intenções...

**O Sr. Jurandir Messias** — Não, mas, V. Ex.<sup>a</sup> leia...

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Por que não ligar Roncador a Campo Mourão? Que é, que está recebendo, Sr. Deputado, veja bem, Roncador comercializa tudo em Campo Mourão, usa os serviços da COAMO, toda influência social e econômica, de Campo Mourão é que influencia Roncador. No entanto, liga-se Roncador a Campina da Lagoa; procura-se ligar Roncador a Pitanga; jamais à sede da sua comarca. Como também na própria região que V. Ex.<sup>a</sup> faz política, está aí, estamos ainda com o Município de Iretama sem ligações asfálticas; vindo, agora, devagarinho, uma estrada que eu cansei de perguntar se não era federal mas, que o Governo Estadual começa a fazer as obras, empresta dinheiro, sem ir buscar os recursos federais que deveria ir buscar.

Estas nossas assertivas, a nossa denúncia. O Governo do Estado no afã de fazer estradas, no afã de construir obras não tem procurado fazer com que o Governo Federal corresponda com sua parte nas nossas obras de infra-estrutura. Ele busca, isto, sim, vamos atender aquela região, e faz-se uma estrada de asfalto como eles dizem, de segunda categoria, que é bom, é válido, é necessário, mas meu Deus do céu, se esta estrada consta da programação federal porquê não se fazer então com que o Governo Federal cumpra a sua participação e faça a estrada! Não entrarmos o nosso Governo, o nosso Estado em dívidas. E agora falou o Governador alegremente, em dias passados: "Não, o Governo está muito bem e nós vamos buscar mais 60 bilhões de cruzeiros para que o Governador Ney Braga possa continuar com as obras de asfalto!"

Eu acho isso muito bom, que venha o dinheiro e a nossa bancada nunca negou aprovação para que venha estas verbas. O que não pode, Deputado Jurandir Messias, no meu entendimento, é fazer com que o nosso Estado assuma toda a responsabilidade na manutenção das nossas Escolas de nível superior e construção de nossas estradas quando estamos produzindo mais para esse País do que mais da metade dele todo!

**O Sr. Jurandir Messias** — V. Ex.<sup>a</sup> me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, em parte V. Ex.<sup>a</sup> tem também razão. Se a estrada está sendo projetada, não como V. Ex.<sup>a</sup> pretende ou queria, de qualquer maneira vai ser ligado através de asfalto, Roncador. V. Ex.<sup>a</sup> também não ignora que está sendo projetado outra estrada que chegará a Roncador através de Nova Cantu, que automaticamente favorecerá toda aquela região Centro-Oeste que está descoberta ainda por estrada asfaltada.

Quanto ao problema da C.N.C., a escola da comunidade, V. Ex.<sup>a</sup> sabe que aquela escola carrou para auxílio, para pagamento dos professores mais de 300 mil cruzeiros que foram dados pelo Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Quanto representa isso em termos culturais?

**O Sr. Jurandir Messias** — Representa tudo o que foi gasto durante o ano.

**O SR. ANTÔNIO FACCI** — Não.

**O Sr. Jurandir Messias** — Eu lhe afirmo que não teve um recurso da própria escola, a Comunidade não participou, não ajudou por diversos motivos, alegando-se principalmente motivo de estiagem, não contribuíram com as suas mensalidades. Para que não se fechasse aquela escola de primeiro e secundogaus, a Secretaria do Estado ajudou com a importância, comprou, para que seja isto analisado está sendo processado desta maneira a compra de vagas. Primeiramente a quinta série, depois a sexta, a sétima, até a oitava série.

O ano passado tivemos a compra de vagas da quinta. Teremos este ano da sexta série e conseqüentemente da sétima e

oitava. Mas para que ela funcionasse em 1978, o Governo do Estado, através da Secretaria como eu lhe dizia, carreu para lá mais de 300 mil cruzeiros de verba. E graças a estes recursos é que aquela escola funcionou e continua funcionando.

Então, como V. Ex.<sup>a</sup> disse que o Estado não se preocupa com os problemas da escola da comunidade, eu não poderia me calar porque é o município meu que eu represento aqui nesta Casa, e que acompanhei este processo, que ajudei inclusive, que fui ao próprio Governador e que ele viu com bons olhos e é por isso que ele deu esta assistência e destinou essa verba àquela comunidade para que ela não fechasse.

Então V. Ex.<sup>a</sup> veja como há uma disparidade entre uma coisa que V. Ex.<sup>a</sup> argumenta e outra. Agora, de Maringá eu não conheço o problema. Eu conheço a minha região.

V. Ex.<sup>a</sup> há de convir também de que o Governo construiu no Paraná mais de 5 mil quilômetros de estradas. Agora eu lhe pergunto, Deputado Antônio Facci, se este Governo construiu cinco mil e tantos quilômetros de asfalto, ele teria condições de construir mais? Claro que não.

Bom, agora vem o Governo Ney Braga. Eu garanto ao Senhor e dou a minha mão à palmatória que Ney Braga vai asfaltar o resto que falta do Paraná neste seu Governo de quatro anos.

V. Ex.<sup>a</sup> sabe da capacidade administrativa de Ney Braga, e há de concordar, aí, está o Orçamento dando condições... O SR. ANTÔNIO FACCI — V. Ex.<sup>a</sup> me permite, poderá continuar depois o aparte, não há problema nenhum, nós estamos plenamente à vontade para continuar dialogando.

O que eu disse, e veja bem o caso da escola de Roncador, o Deputado Jurandir Messias, vem e diz que o Governo do Estado aplicou lá 300 milhões de cruzeiros ou 300 mil cruzeiros...

O SR. PRESIDENTE (Erondy Silvério). — Quero comunicar ao nobre orador, haver esgotado o prazo para que V. Ex.<sup>a</sup> encaminha a votação. Todavia, para a conclusão, dou mais um minuto a V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu concluirei. Mas, o Sr. Deputado Jurandir Messias, alegava que a Escola de Roncador havia recebido 300 mil cruzeiros de ajuda. Porque o Governo do Estado não faz a aplicação da Lei 5.692 e implante a Reforma de Ensino naquele Município? E o problema fica perfeitamente solucionado para sempre. Nós não teremos mais que ver os Professores ganhando muito abaixo de suas necessidades, no entanto, aí, com a condição de precisar ficar recebendo ajuda quem sabe, novamente, em troca de apoio político para o candidato que gentilmente levou ajuda financeira para a sua Escola.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 164/78.

Aprovado. Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Solicito a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, verificação de votação, e se há "quorum" para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — (É feita a verificação para o Projeto de Lei n.º 164/78)

11 Srs. Deputados aprovam; nenhum rejeita.

Conseqüentemente, não há "quorum" para deliberação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem). Pediria a V. Ex.<sup>a</sup> que mandasse proceder a chamada nominal para ver se podemos prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — O Sr. 1.º Secretário, Quielso Crisóstomo da Silva, fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada para verificação de "quorum")

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — 25 Srs. Deputados responderam a chamada nominal. Não há "quorum" legal para deliberação, mas sim para o prosseguimento da sessão. Em 2.ª discussão o Projeto de Lei n.º 164/78. — Encerrada a discussão.

Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/76, de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Sociedade Beneficente Lar Belém, com sede e foro no Município de Nova Santa Rosa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 07/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e Administração", com sede e foro na cidade de Pato Branco. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/78, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública a "Casa Transitória Fabiana de Jesus", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 50/78, de autoria do Deputado Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública o "Instituto Pio XII", com sede na cidade de Quatro Barras e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública o "Centro Social de Bem-Estar ao Menor de Barracão e Dionísio Cerqueira", com sede e foro na cidade de Barracão. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/78, de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Goio-Erê", com sede e foro na cidade de Goio-Erê. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 114/78, de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que denomina Deputado Benedito Lúcio Machado a rodovia que liga a sede do Município de Santo Antônio da Platina, ao Distrito de Platina, no mesmo município. Parecer favorável da C.C.J., com Emenda, por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 119/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Sociedade Civil "Boca Maldita", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/78, de autoria do Deputado Paulo Camargo, que declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranavaí - APAE", com sede e foro na cidade de Paranavaí. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 133/78, de autoria do Deputado Luiz Alberto de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente Santa Madalena Sofia", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 134/78, de autoria do Deputado Gabriel Sampaio, que declara de utilidade pública o "Recanto dos Velhinhos de Cianorte", com sede e foro na cidade de Cianorte - PR. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — Encerrada a discussão.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160/78, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a "Tenda Espiritualista de Umbanda Inhaã", com sede e foro nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/78, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública as "Obras Sociais de Ibema", com sede e foro no Distrito de Ibema, Município de Catanduvas. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 87/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 15/78, ex-Proposição n.º 100/78, aprova o Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e da FAMEPAR, com o Município de Balsa Nova, objetivando aplicação de recursos que especifica, visando a melhoria do sistema de transportes naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 88/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 33/78, ex-Proposição n.º 113/78, aprova o Convênio de Auxílio e Cooperação, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação e interveniência de órgãos que especifica, com o Município de Mallet, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual de Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 102/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 24/78, ex-Proposição n.º 180/78, aprova Convênio de Auxílio e Cooperação n.º 20/70, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de União da Vitória, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual de Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, visando a melhoria do sistema de transporte urbano naquele município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 107/78, de autoria da Comissão Executiva, que dispõe sobre subvenção anual à Associação das Assembléias Legislativas do Brasil - ASALB e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 122/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 205/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Jandaia do Sul, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 123/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 78/78, ex-Proposição n.º 206/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e da Cultura e o Município de Peabiru, visando a execução de Cursos Supletivos - FASE II do Projeto "MINERVA". Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 133/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 02/78, ex-Proposição n.º 68/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Tijucas do Sul, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 134/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 04/78, ex-Proposição n.º 89/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, com a participação da Secretaria do Planejamento e interveniência da Secretaria das Finanças e FAMEPAR, com o Município de Jundiá do Sul, objetivando aplicação de recursos financeiros conforme específica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 239/78, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem n.º 113/78, ex-Proposição n.º 415/78, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando proporcionar ao Estado cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do projeto "Plano Estadual de Comercialização". Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/78, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 128/78, que cria a carreira de Redator, escalonada entre os níveis 24 e 28, no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., com Substitutivo, por unanimidade e favorável ao Projeto, em sua forma original, da C.F. e C.R.H., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Encerrada a discussão.**

#### PROJETO DE LEI N.º 184/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica constituída no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, a carreira de Redator escalonada entre os níveis 24 a 28, compreendendo um cargo em cada nível.

Art. 2.º — Os cargos que integram a carreira de Redator, são privativos de portadores da qualificação profissional exigida pela legislação federal.

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira de Auxiliar de Imprensa, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, poderão ser incluídos nos cargos da carreira de Redator, mediante processo seletivo de caráter competitivo, desde que preencham o requisito contido no art. 2.º desta lei.

Parágrafo único — Aplicado o disposto neste artigo, os cargos da carreira de Auxiliar de Imprensa serão extintos ao varem.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos de que trata esta lei, será paga a gratificação de produtividade prevista na lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974 no valor mensal de Cr\$.... 2.332,00 (dois mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros).

Art. 5.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão pela dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 19 de outubro de 1978.

(a) Jayme Canet Júnior - Governador do Estado

## EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 184/78

Art. 1.º — Fica constituída no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça a carreira de Redator escalonada entre os níveis 24 e 28, compreendendo um cargo em cada nível.

Art. 2.º — Os cargos que integram a carreira de Redator, são privativos dos portadores da qualificação profissional exigida pela legislação federal.

Art. 3.º — Os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira de Auxiliar de Imprensa, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça serão incluídos nos cargos da carreira de Redator, mediante processo seletivo de caráter competitivo, desde que preencham o requisito contido no artigo 2.º, desta lei.

§ 1.º — Aplicado o disposto neste artigo, os cargos vagos da carreira de Auxiliar de Imprensa serão automaticamente extintos.

§ 2.º — Após a inclusão dos ocupantes de cargos de Auxiliar de Imprensa, primeiro provimento dos demais cargos criados por esta lei poderá ser procedido mediante idêntico processo seletivo, no qual poderão concorrer funcionários de outras carreiras que preencham os mesmos requisitos.

Art. 4.º — Aos ocupantes dos cargos de que trata esta lei, será paga a gratificação de produtividade prevista na lei n.º 6.569, de 25 de junho de 1974, no valor mensal de Cr\$ .... 2.332,00 (dois mil, trezentos e trinta e dois cruzeiros).

Art. 5.º — Aos funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça que, em decorrência da implantação da Classificação de Cargos de que trata a lei n.º 7.031, de 15 de setembro de 1978, optaram pelo cargo integrante do Quadro Suplementar, ou àqueles postos em disponibilidade, em decorrência da extinção ou desnecessidade os cargos que ocupavam, poderá ser concedida aposentadoria por tempo de serviço proporcional, desde que contem ou venham a contar com dez anos de serviço público.

§ 1.º — Ressalvado o disposto no § 4.º, do artigo 99 da Constituição Federal, o funcionário que se aposentar com fundamento neste artigo não poderá adquirir outro vínculo com a Administração Estadual ou Fundação instituída pelo Estado, sob pena de cassação da aposentadoria.

§ 2.º — O cargo de Secretário da Presidência constante no Anexo I, da mencionada no "caput" deste artigo, passa a ter os vencimentos do símbolo DAS-5, simbologia instituída pela Lei n.º 6.996, de 12 de abril de 1978.

Art. 6.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão pela dotação orçamentária própria do Poder Judiciário.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo - Presidente  
Ezequias Losso - Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 184/78

O presente plano de lei tem por objetivo alterar o Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, dando nova composição à carreira de Auxiliar de Imprensa e se nos afigura como uma complementação à Lei n.º 7.031, de 15 de setembro de 1978.

Por essa razão, entendemos que seria conveniente dar-se redação semelhante aos dispositivos deste Projeto de Lei, bem como adaptar-se àqueles que se fizerem necessários, a fim de que sejam dadas idênticas oportunidades aos servidores do Poder Judiciário e, ao lado dos atuais Auxiliares de Imprensa, também possam em condições de participar do processo seletivo, ainda que seja dada prioridade de classificação a estes últimos. Para justificar esse posicionamento, lembramos que, a Lei n.º

7.031, de 15 de setembro de 1978, previa a participação, não só de Auxiliares Jurídicos para a inclusão nos cargos de Assistente Jurídico, como também dos demais funcionários pertencentes a outras carreiras que preenchessem os requisitos necessários para participar do processo seletivo previsto para aquele fim.

A ocasião parece-nos propícia, dada a correlação de matéria, para que sejam corrigidas algumas omissões verificadas na Lei n.º 7.031/78, tais como o erro de redação verificado na Tabela I, de seu Anexo, no tocante ao cargo de Secretário da Presidência, no qual deixou, por um lapso, de constar a simbologia DAS-5, fato que vem gerando alguns problemas de ordem administrativa no Egrégio Tribunal de Justiça.

Outra omissão verificada naquela Lei, diz respeito aos funcionários colocados em disponibilidade em razão do artigo 1.º, da Lei n.º 6.620, de 30 de setembro de 1974 e àqueles que não optaram pela nova classificação de cargos. Para esse fim, invocamos o disposto na Lei Complementar n.º 29, de 05 de julho de 1976, que tratou de casos análogos, no âmbito federal, permitindo aposentadoria voluntária aos funcionários pertencentes a Quadros Suplementares (cópia anexa).

Quanto à oportunidade e alto significado da medida ora submetida a esta Casa de Leis, vem expressa no Ofício da lavra do Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça que acompanha a Mensagem n.º 128/78.

A iniciativa, portanto, é legítima e não contraria qualquer dispositivo de ordem legal ou constitucional, estando amparada pelo artigo 98, II, combinado com o artigo 47, I, ambos da Constituição Estadual e, pelo artigo 115, II, da Constituição Federal.

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda Substitutiva, apresentada por esta douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em

(aa) Paulo Camargo - Presidente  
Ezequias Losso - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 184/78

Partindo de proposição emanada do egrégio Tribunal de Justiça, o presente plano de lei, encaminhado a esta Casa através da Mensagem n.º 128/78, visa constituir, no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, a carreira de Redator.

Após analisar seus aspectos legais, a douta Comissão de Constituição e Justiça, pronunciou-se favoravelmente, apresentando Emenda Substitutiva.

Todavia, inexistindo meios para se verificar se as alterações propostas virão causar aumento de despesas, o que não ocorre em relação ao anteprojeto, em sua forma original, o qual foi devidamente analisado pelos setores competentes do egrégio Tribunal de Justiça e Palácio Iguaçu, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto, em sua forma original.

Sala das Comissões, em

(a) Erondy Silvério

## COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 184/78

Visa o anteprojeto de lei, estabelecer a carreira de Redator no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário, com aproveitamento dos atuais servidores portadores de cargos de Auxiliar de Imprensa, bem como, porporcionando àqueles que se encontram desviados de função, através de processo seletivo interno, a oportunidade de reclassificação na classe inicial dessa nova carreira.

A iniciativa do Chefe do Poder Judiciário, encaminhada a esta Casa através da Mensagem n.º 128/78, é das mais louváveis e vem ao encontro aos interesses da administração no sentido de proporcionar aos seus servidores de nível universi-



tário vencimentos mais condizentes com os elevados encargos que exercem.

Sobre a matéria, pronunciaram-se as doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, ambas opinando favoravelmente à aprovação do projeto de lei, na forma da Emenda Substitutiva apresentada.

A justificativa que acompanha o presente plano de lei bem demonstra a justeza e o mérito que a implantação proposta irá ocasionar em relação ao melhoramento dos serviços da Secretaria daquele Egrégio Tribunal de Justiça.

Sanando também alguns aspectos omissos da Lei n.º 7.031/78, tais como a fixação da simbologia DAS-5 para o cargo de Secretário da Presidência e assegurando o direito de aposentadoria proporcional aos servidores do Quadro Suplementar, a Emenda oferecida pela douda Comissão de Constituição e Justiça, devidamente justificada, parece-nos efetivamente vir aprimorar o presente plano de lei.

Com essa análise, opinamos pela aprovação do projeto, na forma da Emenda Substitutiva oferecida pela douda Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(a) Wilson Fortes — Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côr-

tes, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, em forma de sugestão no sentido de que na proposta da nova Lei de Organização e Divisão Judiciária do Estado, seja criada a Comarca de Guaratuba, com jurisdição sobre o Município de Matinhos. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem nesta data, do 15.º ano de relevantes serviços prestados ao nosso Estado, pela TELEPAR. — Em discussão. — Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 125/76, 07/78, 43/78, 50, 109, 112, 114, 119, 126, 133, 134, 160, 161 e 164/78.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 87, 88, 102, 107, 122, 123, 133, 134 e 239/78 e do Projeto de Lei n.º 184/78.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 156 e 186/78.

Levanta-se a sessão.